

Exposição relativa à atuação do Diretor do Agrupamento de Escolas de Felgueiras, António José Bragança, irmão do atual do Presidente da Comissão Política do PS de Felgueiras - Eduardo Bragança – e ex-arguido do caso “Fátima Felgueiras”.

1-NESTE AGRUPAMENTO A IGEC ANDA DESDE ABRIL DE 2012, HÁ VÁRIOS PROCESSOS DE INQUÉRITO INSTAURADOS E TAMBÉM HÁ PROCESSOS DISCIPLINARES.

PROCESSOS DISCIPLINARES

- Processo Disciplinar n.º 10.07/068/RN/13 instaurado ao Diretor (Inspetor Carlos Miranda – Resultado: aplicada a pena de multa 189.81€, suspensa na sua execução pelo período de 8 meses e pena acessória de cessação de comissão de serviço, igualmente suspensa na sua execução pelo período de 8 meses) - CASO DOCENTE LAURA Decorrente de participação da docente Laura

- Processo Disciplinar n.º 10.07/0168/RN/13 - Idalina Correia (chefe dos funcionários na escola sede do agrupamento) – Decorrente de participação dos Pais. Desconhece-se o resultado, apesar dos pais já terem solicitado informações sobre as várias participações que já efetuaram. – Entretanto arquivado

Processos decorrentes das participações dos Pais (TUDO TRATADO POR inspetor CARLOS MIRANDA):

-Processo de Inquérito n.º 10.06/015/RN/13 (arquivado)

-Processo de Inquérito n.º 10.06/00046/RN/13 (arquivado)

-Processo de Inquérito n.º 10.06/0104/RN/13 (arquivado, pensamos nós que o arquivo deverá ser parcial, pois a participação efetuada tratava outras matérias. O assunto a que a IGEC responde limita-se aos pontos 10 a 13 da queixa...)

- Ação inspetiva n.º 10.09/01408/RN/13 (arquivamento do processo de inquérito) - Caso Idalina Correia "meter mãos nas calças do aluno"

Foram feitos pedidos de esclarecimento, para a IGEC, via email em novembro de 2013, e mais recentemente via carta, em relação ao ponto de situação de todas as participações que reportaram e quanto aos respetivos processos e a resposta chegou em finais de abril de 2014.

OUTROS PROCESSOS IGEC:

- Processo de inquérito n.º10.06/013/RN/12 (Inspetor Paulo Sousa – Resultado: arquivado) - Caso assédio por parte do diretor à Psicóloga e a uma professora. O inspetor propôs Processo Disciplinar ao Diretor, mas Lisboa mandou arquivar.

- Intervenção inspetiva n.º10.09/01161/RN/12 (Inspetora Helena Meireles – Resultado: anulação de todas as contratações de escola de docentes e psicóloga) - CASO CONTRATAÇÕES DE ESCOLA de docentes e PSICÓLOGA (Processo n.º 10.09/02011/SC/12). A inspetora propôs Processo Disciplinar mas Lisboa arquivou.

- Processo n.º **10.09/02179/RN/13 (arquivado – inspetor Francisco Pires)** - CASO DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO a docente ex-subdiretora do agrupamento.

Há outros processos que desconhecemos os números, pois os participantes apenas receberam uma comunicação:

- Caso de um funcionário que pertencia à lista alternativa do PND ao CG - S/12045/RN/13 de 21/10/2013.

- Caso da ex-PCG - Participação da PCG à IGEC e para o MEC em julho de 2013 (Sem resposta).

2-HÁ QUEIXAS NO MINISTÉRIO PÚBLICO POR PARTE DOS PAIS

Processo: 110/13.4TAFLG, de 14 de fevereiro.

3-HÁ GRUPOS PARLAMENTARES QUE JÁ COLOCARAM QUESTÕES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE O QUE SE PASSA NO AGRUPAMENTO EM CAUSA.

4-HÁ UM ARTIGO DO SR. PROFESSOR SANTANA CASTILHO (PÚBLICO, JULHO DE 2013) QUE FAZ REFERÊNCIA AOS ACONTECIMENTOS NESTE AGRUPAMENTO.

5-HÁ PARTICIPAÇÕES DOS PAIS E DA PCG QUE TAMBÉM FORAM DIRIGIDAS PARA O MEC. OS PAIS CHEGARAM MESMO A ENTREGAR EM MÃOS UM DOCUMENTO, COM AS SUAS PREOCUPAÇÕES, AO DR. JOÃO GRANCHO, QUANDO ESTE SE DESLOCOU A FELGUEIRAS. SÓ NÃO HÁ É RESPOSTAS!

6-NESTE AGRUPAMENTO, DEVIDO ÀS MÁSPRATICAS DO DIRETOR, HÁ FALTA DE LEGALIDADE, À FALTA DE IMPARCIALIDADE, À FALTA DE TRANSPARÊNCIA, À FALTA DE IGUALDADE, À FALTA DE PARTICIPAÇÃO...

7-PORQUE NÃO HÁ LEGALIDADE, NÃO HÁ IMPARCIALIDADE E NÃO HÁ IGUALDADE:

- Ilegalidade no concurso de pessoal docente - Caso da docente Maria Laura Fonseca.

A professora Maria Laura Fonseca do 1º ciclo foi vítima de uma ilegalidade cometida pelo Diretor. A professora Elisabete Lopes – QZP - foi retirada na ICL2, quando era a candidata com o número de ordem 2041, e a professora Maria Laura Fonseca – QZP - com o número de ordem 1932, foi a concurso, isto é não foi retirada na ICL2, quando estava melhor graduada. A professora Elisabete Lopes, possui graduação profissional de 24,619 e a professora Maria Laura Fonseca possui a graduação de 24,825. O diretor disse à professora Maria Laura Fonseca que devia ter sido lapso dele próprio, mas não resolveu, nem procurou resolver, a situação. A IGEC instaurou ao Diretor um processo disciplinar, de acordo com informação da professora que apresentou a queixa e ao diretor foi aplicada a pena de multa 189.81€, suspensa na sua execução pelo período de 8 dias e pena acessória de cessação de comissão de serviço, igualmente suspensa na sua execução pelo período de 8 meses, decisão de 9 de dezembro, que só agora foi conhecida por um dos docentes queixosos, por uso de insistência.

- Ilegalidade na contratação de escola, em concreto através da aprovação dos critérios de seleção – Caso da psicóloga e de uma professora (assédio sexual por parte do diretor)

Critérios feitos à medida garantindo o afastamento da psicóloga que já trabalha no agrupamento desde 2004 e que sempre foi avaliada no mínimo de muito bom e até de excelente e para permitir a seleção de outra psicóloga que nos anos transatos ficava pior colocada no concurso de contratação.

Na primeira contratação da psicóloga do ano letivo 2012/2013 até houve um atraso em todo o processo porque quem se pretendia que ficasse selecionada não possuía ainda um documento comprovativo, presumivelmente o da ordem dos psicólogos.

Foi um caso muito grave o que sucedeu à psicóloga. A psicóloga diz que o Diretor a assediou sexualmente e como não cedeu, tratou de assegurar que esta ficaria sem emprego no seu agrupamento, quando já lá trabalhava há mais de meia dúzia de anos e era sempre considerada pelo diretor como sendo uma excelente profissional. Para isso fez os critérios de seleção que mais lhe convinha, de forma a que a psicóloga que nos concursos anteriores ficava em 2º lugar passasse a ficar em 1º lugar. Mas a inspeção anulou o concurso e ordenou que se fizessem novos critérios, o diretor não teve qualquer

penalização, mas a Inspetora Helena Meireles propôs um processo disciplinar. O processo de inquérito tinha o n.º10.09/01161/RN/12. Do que é possível saber-se os novos critérios continuam a assegurar que a psicóloga Marta continue a não ter lugar na escola.

Há professoras que dizem ter sido alvo de assédio sexual e abuso de poder no ano letivo 2011/2012, por parte do diretor, uma delas é a psicóloga e outra é uma professora contratada. A professora contratada dizia que se sentia incomodada pois o diretor passava a vida a telefonar-lhe e a abordá-la. Uma vez que esta professora não acedeu às suas vontades o diretor disse-lhe que ela estava na sua lista negra e que não pensasse que voltaria a ficar na sua escola. De facto a professora ficou na escola no ano 2012/2013 mas para isso pudesse ter acontecido houve intervenção de outros membros da direção, que impediram esse afastamento.

- Ilegalidades no Conselho Geral

O Diretor cometeu mais uma ilegalidade ao nomear a professora Emília Cochat como Coordenadora do Centro Escolar de Torrados, no início do ano letivo 2012/2013, sendo esta um membro do Conselho Geral. O diretor disse na reunião de Conselho Geral de setembro de 2012 que tinha consultado a DREN a este respeito e que tudo se devia manter igual, sem alteração. Assim esteve a professora Emília ilegal, desde setembro de 2012 a janeiro de 2013, no órgão com a vontade expressa do diretor e quando a Presidente quis legalizar o órgão deparou-se com grande resistência por parte do diretor. Apesar de o Diretor em Setembro de 2012 ter tido uma resposta da DREN a dizer que essa professora teria de ser substituída no Conselho Geral, bem como uma aluna que também lá se encontrava ilegal. O Diretor ocultou esta informação à PCG e ao Conselho Geral. A PCG participou à DREN do Diretor por ele a ter desautorizado numa reunião, a propósito da situação da docente Emília, e até à data não obteve qualquer resposta, apesar de já ter solicitado várias vezes.

Constatou a PCG, dado detetado mais tarde, que constituía o Conselho Geral, desde dezembro de 2011, uma representante dos alunos, não respeitando o disposto no Decreto-Lei 137/2012 quanto à representação dos alunos no Conselho Geral. A aluna foi “designada/escolhida” pelo Diretor. O Diretor também tinha recebido indicações por escrito da DREN de que a aluna teria de ser substituída, não tendo dado conhecimento disso a ninguém.

O Diretor foi assim reconduzido no ano transato (e tomou posse) por um órgão ilegal.

Até no órgão mais importante do agrupamento o diretor interfere, não respeitando a hierarquia e abusando do poder. Numa reunião de 11 de dezembro de 2012 do Conselho Geral desautorizou a Presidente Estela Pinto. Foram várias as testemunhas na queixa apresentada pela Presidente à DREN. Todos os membros do conselho geral presentes puderam assistir ao comportamento do Diretor, quando não foi possível realizar a reunião, em que o diretor violou o dever geral de correção previsto no artigo 3º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (EDTEFP), ao dizer o que disse, relativamente à presidente de um órgão, legitimamente eleita, independentemente do entendimento jurídico que relativamente aos assuntos em discussão pudesse ter, e que fossem discordantes da presidente, fê-lo na presença dos membros de Conselho Geral com total falta de respeito, num tom autoritário, como se fosse ele próprio o presidente do órgão. A

Presidente do Conselho Geral apresentou queixa na DREN, mas até agora nada se sabe... Noutra altura chamou ao seu gabinete a Presidente do Conselho Geral e pô-la a falar pelo seu telemóvel em tom alto com a Subdiretora Geral dos Estabelecimentos Escolares Dr.^a Isabel Cruz, para receber as suas ordens, expondo a Presidente mais uma vez e levando-a a agir sobre ameaça da Subdiretora de um processo disciplinar.

Também a mesma Dr.^a Isabel Cruz, antes de a PCG ter convocado a reunião para a tomada de posse do diretor, ainda dentro dos prazos estabelecidos pela lei, ligou à PCG (para o seu telemóvel pessoal) dizendo que ela deveria dar posse ao diretor com urgência, pois tratava-se de um bem nacional e público.

Em maio de 2013 decorreram as eleições para o CG, o diretor interferiu no processo tendo mesmo sido o responsável pela elaboração de uma lista de PD, PND e Pais. Docentes participaram esse facto e ao diretor foi aplicada uma multa e a cessação de funções suspensa na sua execução pelo período de 8 meses. Mas o CG que agora está em funções, resulta da interferência do diretor, isto é, os seus membros são aqueles que o diretor lá quis colocar, constituindo assim um conselho geral ilegal, aonde a interferência do diretor continua e continuará a existir no órgão.

No novo CG, ainda no dia da tomada de posse, não fazendo parte da ordem de trabalhos, foi o próprio diretor que apresentou uma proposta de cooptação dos membros em falta, facto registado em ata do CG.

8-PORQUE NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO:

- Em CP é feita a aprovação dos documentos sem sequer os conceder aos membros com alguma antecedência e limitando-se a fazer a sua leitura na reunião destinada à sua aprovação, caso que já sucedeu duas vezes na aprovação dos critérios de seleção para a psicóloga. Fê-lo mais uma vez mesmo depois de a IGEC ter anulado as contratações e considerado os primeiros critérios ilegais. Os atuais critérios foram aprovados nas mesmas condições, por leitura na hora.

- Porque o diretor e presidente do CP considera que o órgão CP é ele próprio, já o tendo afirmado publicamente.

- Porque o diretor considera que não precisa de reunir com os restantes membros da direção, já que o disse em CP, aquando do relatório da avaliação interna onde constava como ponto fraco a inexistência de reuniões da direção. O diretor referiu: "Eu reunir com quem? Só se for com o espelho?". O mais engraçado é que após isso no início do ano 2012/2013, no mês de setembro, lá fez a 1ª reunião com a direção. Em 4 anos de mandato houve uma reunião da direção!

- Porque o diretor que, tendo apenas assento no CG, sem direito a voto, considera que pode assumir o comando das reuniões, desrespeitando a presidente do CG, interferindo na elaboração das atas através da secretária Manuela Soares (o que levou a sucessivos votos de vencido), procurando intimidar alguns dos membros do CG, fazendo documentos que não são da sua

competência, mas sim do próprio órgão, e conseqüentemente sendo eleito por um órgão que manipula.

-O diretor chamou ao seu gabinete vários membros do conselho geral para assinar um pedido de realização de reunião extraordinária à Presidente para tratar do assunto da recondução, tendo conseguido 9 assinaturas. Quando o diretor podia ter solicitado ele próprio a realização dessa reunião à Presidente, pois a lei prevê essa possibilidade. O mais curioso é que também na reunião para tomada de decisão de recondução ou abertura de eleições o resultado foi de 9 votos a favor da recondução.

Tem por hábito reunir com os membros do conselho geral que lá colocou, antes das reuniões.

Tentou comprar votos para a sua recondução.

9-PORQUE NÃO HÁ TRANSPARÊNCIA:

- Não é dado conhecimento ao CG e ao CP dos resultados das inspeções, nem sequer fala delas, sobre o que incidiram, etc.: OAL do início do ano 2011/2012, 2012/2013, Processo de Inquérito conduzido pelo Inspetor Paulo Sousa (deu conhecimento do seu arquivamento no final ao CG, não informado do que se tinha tratado), Processo conduzido pela Inspetora Helena Meireles, Processos Disciplinares (a ele próprio e à funcionária Idalina).

- As atas do CP e do CG não estão disponíveis como as restantes atas de departamento, subdepartamento, conselhos de turma, estando em sua posse no seu gabinete. O Sr. Inspetor Paulo Sousa pôde constatar este facto quando cá esteve, no que diz respeito às atas do CP. No subdepartamento do GR 500 já ficou registado em ata de 3 de janeiro o facto de as atas de CP não serem disponibilizadas.

10-PORQUE NÃO SE CUMPREM AS REGRAS GERAIS DE ÉTICA:

- Porque há professoras que dizem ter sido alvo de assédio sexual e abuso de poder por parte do diretor: psicóloga Marta Rodrigues e Cristiana Almeida, as próprias foram depor ao Ministério Público. **Porque em depoimento o próprio Diretor assume que ofereceu um beijo à Psicóloga em período de trabalho.**

- Porque houve um caso de droga mal esclarecido em 2011/2012. Em concreto o facto de um dia para o outro o espaço onde era feito o armazenamento da droga por parte do funcionário ter sido limpo ou mandado limpar... De facto a adjunta Isabel Melo, enquanto responsável pela área da segurança, ficou escandalizada quando soube que o espaço tinha sido limpo, já o diretor teve uma reação totalmente diferente, dizendo, quando alguma coisa está suja, limpa-se!

Porque relativamente a esse caso o diretor pouco ou nada fez, limitando-se a transferir o funcionário para outra escola com alunos das mesmas idades, e fê-lo por ter existido a ameaça de uma encarregada de educação de que se o funcionário se mantivesse na escola iria chamar a GNR.

É verdade que no processo interno feito pela escola ficou provado que era o funcionário Tiago Magalhães, filho do Sr. Magalhães (Encarregado de Pessoal da escola de Lagares) quem distribuía a droga. Ainda no caso da droga o diretor apenas deslocou o funcionário Tiago Magalhães da Escola Básica e Secundária de Felgueiras para a Escola Básica de Lagares, aonde o pai desse funcionário é chefe do pessoal não docente. O processo interno desenvolvido pela escola revelava que o funcionário exigia aos alunos a quem dava droga, o pagamento da mesma em bens. Aos alunos envolvidos no caso o diretor aplicou um processo disciplinar e ao funcionário o diretor não aplicou nenhuma medida. Esta matéria foi comunicada para o Ministério Público (Processo nº 173/12.0TAFLG).

- Porque houve uma educadora que esteve muitos meses a não cumprir com as suas funções de apoio educativo, educadora Armanda, que permaneceu desde o início do ano letivo 2011/2012, durante alguns meses, com o conhecimento do diretor e muitas vezes na sua presença, no gabinete do diretor na Escola Básica de Lagares, onde era vista pelos colegas, pelos funcionários e por todos aqueles que lá fossem. A educadora Armanda devia estar com os alunos mas de facto não o fazia. A inspeção tratou este caso mas parece que não foi possível apurar a verdade. A educadora Armanda foi apresentada no início do ano letivo 2011/2012 como uma das assessoras da Coordenadora de Estabelecimento Sandra Mendes. Atualmente esta educadora é adjunta do diretor.

- Porque há favorecimento a alguns docentes nomeadamente, a professora Sandra Mendes, foi nomeada pelo diretor para Coordenadora da Escola Básica de Lagares, quando esta escola deixou de ser a escola sede do agrupamento, ano letivo 2011/2012.

Em 2011/2012, apesar da direção se ter mantido na Escola Básica de Lagares, houve a nomeação da referida coordenadora, tendo ficado a nova escola sede (Escola Básica e Secundária de Felgueiras) apenas sobre a supervisão da chefe de pessoal Idalina Correia, e houve a nomeação de duas docentes para colaboradoras da Coordenadora.

Antes de ser Coordenadora essa professora era assessora do diretor.

No ano letivo 2012/2013 foi nomeada Coordenadora e ao mesmo tempo assessora do diretor. Por sua vez, essa professora tinha um assessor o professor Ricardo. Essa professora chegava atrasada para dar aulas e era esse assessor que entretanto ficava a tomar conta da turma, em alternativa uma outra professora que também estava a ter aulas, fica com as duas turmas ou então ficam os funcionários com os alunos. E como ficaram as aprendizagens destes alunos? Há o conhecimento de que os alunos que foram ouvidos pelo Sr. Inspetor sobre este assunto, antes de serem ouvidos, estiveram com a Coordenadora Sandra Mendes (professora dos referidos alunos) que lhes disse para nada dizerem ao Sr. Inspetor.

Presentemente, enquanto subdiretora, continua esta professora a chegar atrasada aos seus compromissos profissionais como reuniões de avaliação dos alunos.

- Porque é exercida pressão sobre determinados professores, funcionários e alguns membros da comunidade educativa.

A ex-subdiretora foi alvo de coação moral por parte do diretor, ainda enquanto subdiretora (final de 2011), tendo o diretor feito a ameaça de que a demitiria se ela “melindrasse” a professora Sandra Mendes. Esta ameaça foi feita indiretamente, uma vez que ele transmitiu à sua adjunta da altura Adília Marinho que esta era a pessoa indicada para transmitir à sub-diretora que se ela voltasse a chamar a atenção à coordenadora Sandra Mendes que teria de tomar medidas, isto é, teria de substituir a sub-diretora, embora não lhe tivesse nada a apontar quer ao nível profissional e quer a nível pessoal.

Presentemente, intimida os funcionários para que não se relacionem com a ex-subdiretora, chamando-os à atenção por falarem com ela.

A professora Sandra Ventura, que já não está no agrupamento, contou que, por estar a rir-se na sala dos professores e a partilhar esses momentos de boa disposição com alguns professores que não concordavam com o diretor, foi chamada à presença do mesmo e pressionada por ele, ao ponto de chorar, para cortar relações com as pessoas ele entendia que eram incomodativas na escola. Obviamente esta professora não cedeu e foi muito perseguida pelo diretor enquanto trabalhou neste agrupamento, sendo mesmo afastada, uma vez que ele fez tudo para a colocar noutra agrupamento. O diretor tinha mandado um recado à professora Sandra Ventura de que se ela não fizesse o que ele lhe disse que no ano seguinte perderia o seu lugar na escola, e assim aconteceu.

Segundo relatos de muitos professores, o diretor tem por hábito ficar a observa-los de forma intimidatória, simulando que está no local a fazer algo.

Já entrou numa reunião de grupo disciplinar, aonde estavam presentes alguns professores considerados por ele como “incómodos”, sentou-se ao fundo da sala e observou de lá os professores enquanto a reunião decorria. Ficava muito apreensivo sempre que algum professor falava.

Já foi apanhado por várias vezes a ouvir conversas atrás das portas.

Uma coordenadora de departamento foi chamada ao seu gabinete e foi pressionada para não deixar os seus colegas de departamento levantar problemas nas reuniões. A coordenadora sentiu-se pressionada e saiu do gabinete do diretor a chorar.

Faz perseguição a determinados docentes e não docentes, quer pessoalmente, quer através de outras pessoas, como a chefe dos funcionários Idalina Correia. O diretor já foi apanhado por várias vezes a ouvir conversas atrás das portas.

- Porque não é promovido o bom funcionamento da escola e não existe uma gestão adequada dos recursos humanos e materiais

Este diretor diz e apresenta por escrito em reunião de conselho geral que as horas de crédito (EFI) se destinam às disciplinas como a Matemática e o

Português e depois, na prática, aplica-as na colocação da sua “amiga” psicóloga. De facto o agrupamento já possuía uma psicóloga com horário distribuído entre o Agrupamento de Escolas de Felgueiras e o Agrupamento de Escolas de Idães e agora o Diretor decidiu utilizar 14 horas de crédito, que estão em falta noutros setores para fazer mais uma contratação de uma psicóloga. Dizemos psicóloga e não psicólogo, pois sabe-se que na primeira contratação efetuada para um psicólogo, o referido horário partilhado entre o Agrupamento de Escolas de Felgueiras e o Agrupamento de Escolas de Idães, o Diretor procurou, como sempre faz, exercer pressões para que a psicóloga selecionada, logo no início do ano, fosse quem ele pretendia, mas dessa vez não obteve sucesso...

E por isso as horas de crédito EFI que inicialmente se destinavam às disciplinas de Matemática e Português foram para a amiga psicóloga. Será que os resultados a essas disciplinas são demasiado bons para investir nelas? O que se sabe é que este agrupamento nunca teve resultados tão maus como no último ano.

Também acontece este ano que os professores tem de pedir à direção da escola horas para a realização de reuniões das suas turmas PCA e a direção diz que não há horas de crédito para lhes atribuir. Nesta escola os professores têm de reunir em horas que não lhes são remuneradas.

O mais curioso é que no presente ano letivo é possível constatar que houve a atribuição de quase duas dezenas de horas de crédito para assessorias à Direção, coisa rara hoje em dia noutras escolas e até neste agrupamento nos últimos anos. Mas há mais, há outros professores que estão destacados para Sala de Estudo, a consumir horas de crédito, e nem alunos têm para acompanhar, estão lá sozinhos e sem nada para fazer. E em que ficamos, há ou não há horas de crédito? Ou há para uns e não há para outros com trabalho efetivo?

No dia 5 de novembro de 2013 fizemos um pedido de esclarecimento, via email, para a IGEC, em relação ao ponto de situação de todas as participações que fomos reportando e quanto aos respetivos processos e a resposta apenas chegou em finais abril de 2014.

Os equipamentos tecnológicos (quadros interativos) estiveram sem funcionar durante o 1.º período, apesar das chamadas de atenção dos docentes, e

quando alguém comunica o facto por escrito o diretor responde que a “culpa” é dos professores, que não sabem utilizar os equipamentos.

- Porque a escola é usada para questões pessoais

Caso BES

No dia 7 de março de 2013 entre as 9h/10h o diretor e a CSAE Ana Paula Veloso Alves receberam 2 pessoas do BES para uma reunião na perspectiva de virem a ser “Promotores do BES” (angariadores de clientes). O Diretor tinha proposto à CSAE este negócio. Na reunião o diretor ficou a saber que para ser promotor teria de estar coletado, daí que não tenha havido negócio, pelo menos com ele... Segundo relatos da própria CSAE.

- Porque começam cada vez mais a surgir más práticas até administrativas

Constantes atropelos na elaboração das atas levando a votos de vencido em vários órgãos.

-Um dos representantes dos pais e encarregados de educação no Conselho Geral solicitou à Presidente do órgão, através de documento que deu entrada na secretaria do agrupamento no dia 22 de fevereiro de 2013, cópias das atas das reuniões do Conselho Geral. No dia 28 de fevereiro foi-lhe comunicado verbalmente pela Presidente do Conselho Geral que o Diretor pretendia ser informado sobre o facto de a pessoa em causa pretender as atas certificadas ou normais. A Presidente também lhe transmitiu que, de acordo com informação do Diretor, as atas teriam de ser pagas. Foi feito à Presidente o pedido das atas certificadas. No dia 4 de março o referido membro do conselho geral apresentou reclamação no livro amarelo. No dia 6 de março o Diretor do agrupamento enviou-lhe uma resposta à reclamação, em que assume que as atas do Conselho Geral estão na posse do Diretor e não da Presidente do órgão. Como é que a Presidente do Conselho Geral não possui as atas do órgão a que preside? Porque estão estas atas na posse exclusiva do Diretor? E um membro do Conselho Geral não deveria ter pleno direito de acesso às atas? No dia 18 de março a Presidente do Conselho Geral enviou-lhe comunicação com cópia do ofício que lhe tinha sido remetido pelo Diretor. Neste ofício pode ler-se que se prevê um custo de 516,83€ para as atas. O Diretor também remete cópia do ofício por ele enviado para Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira do Ministério de Educação e Ciência (DGPGF) a solicitar informação sobre este assunto, mas ainda sem obtenção de resposta. Como é possível que, mesmo sem resposta oficial, o Diretor assumira a necessidade de se pagar as atas pelo custo por ele indicado? Entretanto a resposta já chegou e o pagamento já se limita a cerca de 5€!

- Porque existe um clima de mal estar, de ameaças e de insegurança e também de perseguição

A ex-subdiretora, ainda em exercício, e professora Cristina Freitas (membro do Conselho Geral) e marido, no período mais crítico das decisões do CG (março de 2013), receberam mensagens (SMS) do nº 917911357 e telefonemas de nº privados com voz de homem calmo e bem falante e também voz de mulher, que se referiam à escola.

A PCG recebeu um telefonema da esposa do diretor a ameaça-la, se não reconduzisse rapidamente.

O Presidente de uma das Associações de Pais e membro do CG Sr. Teixeira recebeu uma chamada telefónica pelas 18 horas do dia 15 de março de número privado, imediatamente antes da reunião do Conselho Geral, que ia ter início às 18h30m, com a seguinte ameaça, voz masculina que disse: Você tem o corpo no seguro? Você não apareça mais à escola porque senão eu mato a si e à sua filha e chego-lhe lume ao carro.

Na reunião do Conselho Geral, pouco depois de ter iniciado, cerca das 18h45m, a chefe dos funcionários da Escola Básica e Secundária de Felgueiras, Idalina Correia, entrou na sala 5 aonde decorria a reunião, sem pedir autorização à Presidente – Estela Pinto – e disse: “Desculpem interromper. Sr. Teixeira tem de vir ao telefone urgente. O Sr. Ricardo Rocha, não lhe diz nada?”. E a funcionária ainda disse: “Então o Senhor depois sofre as consequências.” E foi-se embora a funcionária.

Passado pouco tempo, 5 ou 10 minutos, a Idalina Correia voltou a entrar na sala, novamente sem pedir autorização, tendo mesmo a Presidente Estela ter dito para não interromper mais a reunião, para dizer o seguinte: “Desculpem mas eu tenho de interromper. Sr. Teixeira tem que ir a sua casa depressa está um homem em sua casa e tem de ir a casa e levar o dinheiro senão matam a sua mulher e a sua filha.”

O PAP Sr. Teixeira diz que tem a certeza que tudo isto tem origem da escola, para que ele não estivesse na reunião.

Outro docente, o responsável pela lista alternativa ao CG, começou a receber emails de um desconhecido que lhe relatava acontecimentos na escola, alguns deles que se passavam apenas entre o próprio professor e alguns elementos da direção (incluindo o diretor), num timing muito curto, isto é, logo após os acontecimentos. O diretor já insultou (a sós) este professor, chamou-lhe deplorável.

O Diretor abriu o ano letivo com um discurso insultuosos, direcionado para os docentes, dizendo que os há incompetentes e deploráveis...

Docente que fez lista para o Conselho Geral contra a do diretor é constantemente chamado pelo Diretor ao seu gabinete para de todas as formas, tentando propor-lhe cargos incompatíveis com o CG (coordenador de biblioteca, assessor), ameaçando-o e “dando-lhe nas orelhas, tudo com a intenção de que ele saia do CG ou pelo menos lá esteja calado.

Funcionário que fez parte da lista para o CG contra a do Diretor, foi mudado de posto, passando para uma função que implicava a exposição a pó e produtos químicos, tendo essa mudança implicado diretamente na sua saúde, ao ponto do funcionário se encontrar gravemente doente, com problemas respiratórios gravíssimos. Os sogros do Diretor foram discutir com esposa desse funcionário, dizendo mal dele. A Câmara Municipal de Felgueiras tem conhecimento desta situação.

- Porque os encarregados de educação têm medo que os seus filhos sofram retaliações

Já foram vários os casos de alunos que recorreram à transferência de escola por terem ocorrido situações com eles que não foram devidamente resolvidas e que por manifestarem desagrado, ficaram “marcados”. Houve até EE que solicitaram o livro de reclamações e foi-lhes impedido o acesso.

Há o conhecimento de outros encarregados de educação que estão indignados com o que se passa no agrupamento e que não concordam com as atuações do diretor. Há alguns pais e encarregados de educação que fazem até referência ao medo que os próprios professores têm do diretor até por saber que ele já afastou alguns professores da escola.

Há encarregados de educação que têm medo que os seus filhos sofram retaliações por parte do diretor e que temem que este se vingue nos filhos, até nos resultados escolares, ao “obrigar” os professores a avaliarem como ele quer.

Passam-se situações com pais e encarregados de educação inaceitáveis: ao estarem a falar com alguém da escola, membros da direção, professores ou até funcionários são interrompidos constantemente ou mesmo observados, procurando assim o diretor intimidar, entrando ele próprio nos espaços em que esses pais se encontram a conversar com alguém da escola, ou se se trata de corredores passando constantemente no local, observando os pais. Em alternativa manda a funcionária Idalina Correia fazê-lo.

Há uma transferência de escola em fevereiro de 2014 de uma aluna, que por ter sido alvo de bullying nas imediações escolares, e a escola nada ter feito, apesar de ter conhecimento da situação, a aluna já ameaçava que se iria suicidar, e o diretor e a subdiretora diziam aos pais da aluna, erradamente, que esta não podia ser transferida.

11-OUTRAS QUESTÕES:

- Consta-se que a direção, recentemente, abafou um caso de sexo oral a troco de dinheiro, no interior da escola.